



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
ROMÃO CÍCERO
DE OLIVEIRA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR ROMÃO CÍCERO DE OLIVEIRA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

Romão Cícero de Oliveira nasceu em Santa Cruz, RN, no dia 5 de fevereiro de 1948, filho de José Paulino de Oliveira e Tereza Amélia de Oliveira, casado e pai. Licenciado em Geografia pela Universidade do Rio Grande do Norte, em 1972. Formou-se em Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Nordeste, Campina Grande (PB), término em 1976. Curso de pós-graduação em Processo Civil pela Universidade de Brasília, UnB, em 1978. Foi professor entre 1971 e 1973, servidor público do Poder Judiciário entre 1973 e 1981 e Defensor Público do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT), em 1980. O ingresso na magistratura do Distrito Federal ocorreu após aprovação no X Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), com posse em 2/10/1981. Foi titularizado como Juiz de Direito do TJDFT na 2ª Vara Cí-

vel da Circunscrição Judiciária do Gama, em 1983. Sua promoção ao cargo de Desembargador do TJDFT ocorreu em 1994. Foi eleito para o cargo de Vice-Presidente do TJDFT, para completar o biênio 2006/2008, em 2007 e eleito para o cargo de Vice-Presidente do TJDFT, para o biênio 2008/2010. Foi eleito também Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), para o biênio 2012-2014. Eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TREFD) para o biênio 2014/2016. Durante sua carreira, é agraciado com títulos honoríficos, tais como a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau Comendador; com a medalha, grau “Comendador”, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 11/8/1998; com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau Grã-Cruz, em 15/3/2000; medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, na classe Jurista; agraciado com a Ordem do Mérito Brasília, no grau Comendador, em 2001; com a Ordem do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no grau Grão-Colar, em 2003. Promovido ao grau “Grão-Colar” pelo

Conselho Tutelar da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, em 2010 (Portaria OMJDFT 2 de 16/3/2010). Agraciado com a Comenda Ordem do Mérito Bombeiro Militar – Imperador Dom Pedro II, em 1º/7/2016. Publicou diversos trabalhos, como correspondente, de O JORNAL DA PARÁIBA S.A., alguns atinentes a temas jurídicos, tais como: a Reforma do Judiciário e o estado de Direito, em março de 1977; os recursos na Justiça do Trabalho, em abril de 1977; a Justiça não tem preço, em agosto de 1977. E ainda, o controle externo do Judiciário, na TRIBUNA JUDICIÁRIA, veículo de divulgação da AMAGIS, em 1994. Outras publicações, em revistas especializadas, a saber: Revista de Doutrina e Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Revista do Ministério Público do Trabalho.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargadora Carmelita Brasil e desembargador Romão C. Oliveira, gostaria inicialmente de dizer que é uma grande satisfação e até uma honra poder participar dessa entrevista com o desembargador Romão C. Oliveira que teve para o Projeto Memória uma atuação tão importante. Sou membro daquela Comissão original que era capitaneada pela desembargadora Maria Thereza Braga¹, que infelizmente nos deixou.

Daquela Comissão, também fazia parte o juiz Rios², que hoje não mora mais em Brasília. Então, sou o que sobrou desta Comissão. Mas tenho muita satisfação de poder aqui trocar algumas ideias com os colegas que são convidados a darem o seu depoimento, a nos prestigiar com notícias da sua vida e da obra jurídica que fez. No caso do desembargador Romão C. Oliveira, além da obra jurídica, ele tem também para nos contar da sua atuação como gestor, porque foi vice-presidente aqui, vice-presidente lá no Tribunal Regional Eleitoral e presidente daquele tribunal. Então é uma rica experiência.

Desembargador Romão C. Oliveira encantei-me com esse projeto porque penso que resgatando um pouco da história e da memória dos colegas que tanto fizeram por essa Justiça, nós estaremos construindo a história da Justiça do Distrito Federal em Brasília.

Espero até um pouco mais, espero que isso algum dia sirva para orientar os novos juízes, nós vamos aqui colher informações preciosas do desembargador Romão C. Oliveira da sua vida estudantil, da sua participação na Justiça como julgador, como gestor; enfim, são coisas que certamente serão muito importantes para o futuro da magistratura do Distrito Federal.

Acho que, como introdução, está bom.

Desembargador Romão C. Oliveira

Desembargadora Carmelita Brasil, Vossa Excelência conseguiu um jornalista de mão cheia para entrevistar esses candidatos.

¹ Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes nasceu em 3/10/1939, em Visconde do Rio Branco e, faleceu em Brasília/DF, em 29/10/2010. Aposentou-se no cargo de Desembargadora no dia 23/4/1991. E, mesmo após sua aposentadoria, integrou e coordenou a comissão de implantação do Conselho Gestor do Programa Memória do Tribunal, instituída em 2007. O resgate e a preservação da cultura e da memória judiciária que culminou, no ano de 2010, durante as comemorações do cinquentenário da Justiça do Distrito Federal, com a inauguração do Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte.

² Juiz de Direito aposentado do TJDFT Sebastião Rios Corrêa.

Da minha parte tenho uma história muito resumida para juntar aos grandes eventos que certamente já foram colhidos por essa Comissão. Guardo com muita satisfação a lembrança da desembargadora Maria Thereza Braga (Haynes), que me ajudou sobremaneira nesse trabalho. Ela foi incansável. Todos os dias ela dava expediente no tribunal mais do que eu. Eu era vice-presidente e ela chegava e só saía muito depois que o expediente normal tinha terminado. Ela sempre trabalhando, pessoa de uma luta muito grande. Lutou até o último instante.

Pois bem, quando recebi esse convite, desembargador Hermenegildo Gonçalves, para fazer essa conversa com os colegas, fiquei muito encantado, e como estou fazendo umas anotações para a minha despedida do Tribunal que está se aproximando, fui ver e não dá muito trabalho, não tenho quase tudo por aqui, até porque, como Albert Einstein, penso que não existe mesmo passado e futuro. É só o presente. Passado e futuro é uma ilusão teimosa, como dizia Albert Einstein, que insiste em permanecer. É uma teimosia de a gente ver o passado e o futuro também, só tem o presente, todos os momentos são um presente. E quando fui ver isso aí, fui testar se o serviço estava correto concluí que isso é a absoluta verdade. Comecei vendo que hoje estou no exercício da presidência do Tribunal Regional Eleitoral, exercendo-a muito bem, graças a um grupo de servidores que aceita a minha rabugice, um juiz rabugento que tenho lá minhas idiossincrasias, eles aceitam isso e evitam que a maioria dos meus defeitos venha a contaminar o tribunal.

Aquele

grupo de servidores: a doutora Priscila, a doutora Raquel, o Artur, esse grupo todo, mais próximo, está sempre me conduzindo para o melhor espaço possível.

Do outro lado vejo que aqui no tribunal teimo em deixar a jurisprudência recente de lado e aplicar a doutrina de Basileu Garcia³, Magalhães Noronha⁴, Nelson Hungria⁵, todas essas pessoas que se foram e que a lei ainda não mudou. Não estou à altura de desprezar companheiros tão ilustres como Helio Tornaghi⁶, Magarinos Torres⁷, pessoas que escreveram páginas memoráveis. Se a lei mudar, muda, se não mudar, não muda. Sigo com eles. Embora a jurisprudência diga o contrário, faço minha ressalva para deixar aquela jurisprudência viva, um dia ela retornará, aquela doutrina retornará. Porque a jurisprudência vai se mudando, se acomodando com o tempo.

Então penso que aí sim, que faço a ideia de que está quase no momento de me despedir, porque tenho esses companheiros que se foram montados em cavalos brancos,

-
- 3 Professor penalista Basileu Garcia, nascido em 2/3/1905, em Rio Claro/SP, falecido em 13/4/1986.
 - 4 Professor penalista Edgard Magalhães Noronha, nascido em 1906, falecido em 1982.
 - 5 Professor penalista brasileiro Nélson Hungria Guimarães Hoffbauer, nascido em 16/5/1891, em Além Paraíba/MG, falecido em 26/3/1969.
 - 6 Processualista brasileiro Hélio Bastos Tornaghi, nascido em 1915, falecido em 12/6/2004, no RJ/RJ.
 - 7 Jurista Antonio Eugênio Magarinos Torres, nascido em 16/5/1892, falecido em 13/3/1942.

bem encilhados, elegantemente encilhados, e não quero abandoná-los. Mas é sempre motivo de alegria.

Vejo que num relance estou na 1ª Turma Criminal e em poucos instantes já estou ao lado dos desembargadores Paulo Guilherme Vaz de Mello, Maria Aparecida Fernandes da Silva e Getúlio Pinheiro de Sousa, na 2ª Turma Criminal. Então o espaço temporal é tão diminuto que não dá para se dizer passado, presente, futuro. Giro para outro lado e encontro na Vice-Presidência ao lado de Lídia Maria Borges de Moura (servidora do TJDFT), aquela equipe toda que trabalhou comigo, discutindo concurso para juiz, realizando provas, conseguindo aprovação de trinta e três candidatas. Foi uma marca muito boa, a desembargadora Carmelita Brasil está conseguindo ultrapassar-me. O maior número de aprovados em concurso teria sido na minha gestão, trinta e três candidatas, glorificado, quase um deus, embora um deus pequenino, porque só faço transformar e o Deus pode criar.

Também num relance já estou na 5ª Turma Cível ao lado dos desembargadores (José) Dilermando Meireles, Julio de Oliveira e Dácio Vieira. Dessa turma, tenho grande recordação, porque salvo engano só quem usou cavalos brancos encilhados até agora foi o desembargador Dilermando Meireles, os outros dois companheiros originais estão, graças a Deus, em suas residências aqui. Não viajaram. O desembargador (José) Dilermando Meireles foi muito rápido.

E a 2ª Turma, pois fiquei tanto na 5ª Turma quanto na 2ª. Ali ainda temos os desembargadores Getúlio Moraes Oliveira (presidindo o Tribunal), Nancy Andrighi (Ministra no Superior Tribunal de Justiça-STJ) e Valtênio Mendes Cardoso (que também fez sua viagem usando um ginete alazão).

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador, permita-me interrompê-lo um pouco, segunda-feira desta semana nós fomos à inauguração do Fórum de Recanto das Emas, mas o que queria lembrar era que cheguei lá e me encantei com o prédio, um prédio muito amplo, confortável, e fiquei lembrando, o desembargador Romão C. Oliveira certamente irá nos ajudar. Fiquei lembrando-me dos primórdios desta Justiça aqui em Brasília, não tínhamos prédios bons, não tínhamos gabinetes confortáveis, não tínhamos computadores, não tínhamos também funcionários em número suficiente.

É sobre isso que gostaria que o desembargador Romão C. Oliveira refletisse e nos desse uma contribuição. Como é que evoluímos, mas como é que podemos esperar que no futuro as pessoas que hoje estão chegando possam contribuir para maior grandeza dessa Justiça.

Desembargador Romão C. Oliveira

Se nós imaginarmos que o Tribunal de Justiça se instalou aqui em 1960, proveniente do Rio de Janeiro, o desembargador Hugo Auler foi o Presidente do Tribunal de Justiça, o homem número dois desse tribunal chamava-se João Henrique Braune, era um homem ilustrado que prestou grande serviço, substituiu Ministro no Tribunal Federal de Recursos mais de dois anos, foi Ministro no Tribunal Superior Eleitoral – naquele tempo havia uma cadeira que hoje é do STJ, mas naquele tempo era nossa.

E teve tempo de fazer uma eleição, organizar o Tribunal, alistar os eleitores, fazer eleição na disputa de 1960 em que se sagraram vitoriosos o (Presidente) Jânio da Silva

Quadros,⁸ e (Vice-Presidente) João Goulart,⁹. Uma vitória que se registre, João Goulart se elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, era diferente do modelo atual, se elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, com mais votos que o Presidente da República. Foi Vice-Presidente de Jânio com mais votos do que Jânio; Vice-Presidente de Juscelino, com mais votos do que Juscelino.

Esse homem estava condenado à morte, condenado à morte política, condenado, portanto, a qualquer ato que lhe fosse o máximo desagradável, porque ele viajava na sombra de (ex-presidente da República) Getúlio Vargas.

Os homens do passado tinham essa marca das grandes lutas. Mas os homens de hoje estão trabalhando com esses instrumentos novos, com computador, com telefonia celular. Agora mesmo, estava me lembrando, quando ia entrando, de um incidente interessante, a desembargadora

8 Jânio da Silva Quadros nasceu em 25/1/1917, faleceu em 16/2/1992. Foi o 22º Presidente da República, período: 31/1/1961 a 25/8/1961 (data em que renunciou a Presidência da República).

9 João Belchior Marques Goulart nasceu em 1º/3/1919, faleceu em 6/12/1976. Após a renúncia à Presidência da República de Jânio Quadros, ele como Vice-Presidente assume a Presidência da República, tornando-se o 24º Presidente da República, de 1961 a 1964. Foi deposto pelo Golpe Militar de 1964.

Lila Pimenta Duarte,¹⁰ em uma segunda-feira chegou, ou melhor, no primeiro dia de sessão da Turma Cível, era uma segunda mesmo, naquele tempo o Regimento previa as segundas-feiras.

Ela chegou com um processo na mão pedindo preferência na 2ª Turma porque aquele processo, e ela era ainda juíza convocada, estava no Tribunal como juíza convocada, depois ela veio salvo engano na vaga de, foram duas vagas, uma para desembargador Pedro Aurélio Rosa de Farias e outra para ela. Não foi a vaga de desembargador Irajá Pimentel, a vaga de Irajá Pimentel foi por ironia do destino para Pedro Aurélio.

É. Então a desembargadora Lila Pimenta Duarte chegou com aquele processo com muita pressa para votar, porque ela já começava dizendo: “o Tribunal é incompetente, pois fui eu que despachei”. E ninguém fez pergunta nenhuma, a desembargadora tinha um poder soberano para todos nós que estávamos ali, todos nós acreditaríamos a razão, esperamos que ela desse, porque sendo incompetente, teria decidido.

É que a desembargadora disse que: “No domingo um advogado tocou a campainha da minha casa pedindo o endereço do juiz plantonista, porque o que ele tinha não

10 Desembargadora Lila Pimenta Duarte nasceu em 15/4/1923, faleceu em 14/8/2002. Em 25/9/2009, o Tribunal de Justiça homenageou-a em sessão do Tribunal Pleno do TJDF e seu nome foi designado – por unanimidade – para nomear o Memorial TJDF, inaugurado em 19/4/2010, em comemoração ao cinquentenário do TJDF em Brasília.

estava atendendo, então não é este.” Ela disse: “só tenho este também”. Ligou e aquela pessoa não atendeu.

Dê-me a sua petição. “Olhou e leu, o seu direito se perde amanhã mesmo, amanhã de manhã está perdido tem que ser resolvido hoje.”

Ela deu a liminar para resolver, salvar o direito, pelo menos temporariamente, pois o direito desapareceria naquele espaço de tempo, por isso que ela queria rapidez de declarar a incompetência para julgar aquela matéria, porque nem o advogado estava a ela atribuindo, e mandar para o 1º grau, e todos nós dizíamos, mas sem tirar a liminar já concedida. Tudo bem, vai para o 1º grau com tudo, e o direito estava salvo.

Então essa energia que fluía da desembargadora Lila Pimenta Duarte, não era energia física como pescadora, que desembargador Natanael Caetano Fernandes tanto divulga, mas é energia mental, aquilo que tem que ser feito agora e nesta hora, e ela tinha coragem de dizer, não ficou com os melindres da incompetência. Bem, estou vendo que o direito vai estender, mas sou incompetente para isso, então não tem jeito. Não, resolvo. E a assinatura e a decisão de um juiz é autoridade do outro lado e é atendido.

Então, tenho esperança, senhor desembargador que tudo isso seja realmente atendido, porque quando eu olho para aquele prédio ali, vejo o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil ocupando as duas instituições, ocupando o sétimo e o oitavo andar lá deles, para resolver os problemas dessas duas instituições eles tinham aqueles espaços. Olho para o leste e vejo agora o Ministério Público ocupando um espaço magnífico, um prédio de primeira qualidade. O mundo ficou melhor para todos nós.

O prédio do Gama¹¹ (Fórum do Gama), onde prestei jurisdição durante cinco anos, hoje é apenas um depósito, é um estabelecimento secundário, que ali nós abrigávamos e a Ordem dos Advogados, Defensoria Pública, todas as Varas e não eram muitas, só eram quatro e hoje tem muito mais. Então, prestávamos jurisdição. E no mesmo instante vejo a justiça eleitoral ali dentro, tudo era ali, naquele prédio, que fica em frente à rodoviária.

Então, o mundo é muito rápido, outra vez aqui no segundo andar desse prédio a pessoa caiu no corredor e teria desmaiado, morrendo, porque antes eu tinha mandado sair da sala. A cena era interessante, em uma Vara de Família decidindo matérias que hoje é da lei Maria da Penha, toda segunda-feira chegava reclamação, quando era na quinta-feira ou na sexta-feira já tinha intimado as partes para resolver aquele problema que era tipicamente Maria da Penha.

Neste dia a mulher veio e contou sua história e nós fizemos a audiência. O advogado foi muito honesto e dizia que ela tinha expulsado o marido de casa, deu lá as razões. Contou mal o depoimento, porque os dois estão ali tentando um acordo, ela jogou as duas mãos assim, bem próximas da mesa, bateu com toda força, para desmentir o marido que ele dizia: “não, tive que sair de casa sem nada, eu preciso ir lá para tirar minhas coisas.”

Eu tinha dado uma liminar para proibir ele de entrar.

“Eu preciso ir lá, porque algumas coisas que ela me deu, ela jogou pela janela do terceiro andar, caiu e estou-

11 Região Administrativa do Distrito Federal.

rou, e tudo perdido, então, preciso voltar para pegar umas coisas. Mande um oficial de justiça comigo.”

Aí ela jogou as duas mãos do outro lado da mesa para dizer em voz bastante estridente que aquilo era uma mentira. Mandeí ela sair, ela deitou-se no corredor, por lá como se tivesse tido um desmaio e alguém socorreu e veio de lá me dizer. Eu disse: abre a porta que eu vou dar a resposta, quando você estiver passando na porta eu dou a resposta. Era Anita de Oliveira Bacelar (servidora do TJDFT aposentada) que foi minha secretária.

Uma pessoa morrendo aí no corredor que estava aqui na audiência. Quando ela foi passando na porta eu disse: chame a segurança e bote no xadrez, quando terminar a audiência vou encaminhar ao médico. Aí a pessoa levantou foi embora e não esperou mais coisa nenhuma, então era manha, era um ato manhoso para impressionar. São coisas que a gente tem que aprender com o dia a dia.

Mas, ia contando desta baixa, já no início me perguntavam como tinha sido minha caminhada pelo mundo afora, venho de longe, venho das grutas onde depois de minha mãe tivemos alguns ensinamentos rudimentares. Cheguei à cidade em 1963, alfabetizado sabendo alguns rudimentos de aritmética e era o ano de fazer o programa de admissão ao ginásio (atual Ensino Fundamental), naquele tempo para os mais jovens se diga que o ensino não era dividido como hoje em fundamental, médio e superior. Era primário, ginasial e médio e superior. E havia uma espécie de vestibular porque a cidade

não comportava nos estabelecimentos de ensino todos no ginásio. Ginásio tem tantas cadeiras, quem não conseguisse uma boa nota não iria para o ginásio. E o Estado já teria lhe prestado a instrução necessária. Tive sorte passei nesse exame de admissão ao ginásio e fiz o curso ginasial, em 1968 fui para a capital, em 1970 fiz o vestibular e em Julho de 1973 fui para uma cidade distante de Natal/RN, chamada Macau/RN, que fica a 190 km e naquele tempo tinha 110 km de estrada de terra batida e 80 km de asfalto. Fui trabalhar na Justiça do Trabalho. Dali passei para Campina Grande/PB, um ano depois fui para Campina Grande onde terminei o curso. Fiz um curso superior e ocupei duas universidades.

Mas, quando estava revendo essas anotações lembrei-me do velho casarão da ribeira, de onde saíram homens com o maior brilhantismo, agora mesmo estou prestando homenagem ao Ivan Maciel de Andrade, aluno laureado na primeira turma da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foi meu professor de introdução ao estudo do Direito.

O outro que me lembro bem é Carlos Antônio Varella Barca que me impressionou para o mundo do Direito, e o juiz perante quem ele fazia o discurso que me impressionou para a magistratura. Isso foi exatamente no ano em que eu tinha feito a 5ª série, hoje 5º ano, seria o programa de admissão, eu estava na cidade e havia um júri, e o júri tinha de um lado a vítima que era um político, essa pessoa tinha sido assassinada e naqueles dias se julgava igualmente o mandante que também era político. Então, o Doutor Carlos Antônio Varella Barca veio fazer aquele júri com três anos de formado para enfrentar o assistente de acusação que era já bem mais

idoso do que ele, isso foi em 1963, Varella Barca é de 1936, era muito jovem ainda, não tinha nem trinta anos, era um jovem e ele fez um discurso muito bonito todo fincado na filosofia para enfrentar o professor dele, era o José Cortez Pereira, que depois veio a ser Governador do Estado.

Os autos não ajudavam a Varella Barca, mas isso era de menos para o bom orador, ele enfrentou aquilo com maestria e o promotor que teve pouco trabalho, porque o assistente de acusação tinha que ter mais tempo de que o promotor, e Varella Barca era o advogado de defesa.

Resultado: teve um momento que eles apesar desse trabalho, professor e aluno falando em um ambiente sole- ne, eles estavam não lá tão educadamente como se quer e falavam ao mesmo tempo. O juiz bateu na campainha, aliás, não era uma campainha era um malhete,¹² e depois eu vi que o malhete se usa em algumas instituições civis, mas não se usava, nunca mais vi aquele malhete em lugar nenhum.

E ele bateu, e todos pararam, perguntei a um advogado que estava ao meu lado chamava-se Doutor Jonas Ferreira Leite. Mais tarde tive a satisfação de ser aluno de Geraldo Ferreira Leite na época presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, veja que coincidência.

Desembargadora Carmelita Brasil

E o que o menino Romão estava fazendo nesse tribunal do júri?

12 Pequeno martelo de duas cabeças, de madeira dura, conhecido também como o martelo do juiz, é juntamente com a deusa Thêmis e a balança da justiça comutativa, um dos mais fortes e conhecidos símbolos do direito e da justiça. Em franco desuso hoje em dia.

Desembargador Romão C. Oliveira

Estava na rua. Não tinha direito de entrar, era apertadinho o ambiente e mesmo assim não entrava menino, já era um adolescente, mas não conseguiria entrar, e estava na companhia do Jonas Ferreira Leite porque meu pai dizia que na rua você não é para ficar, é da escola para casa e da casa para escola, e pode sair porventura se alguma coisa importante estiver acontecendo e se Doutor Jonas entender que é importante.

E foi exatamente, eu queria assistir ao teatro, e quando vou pedir ao Doutor Jonas que me levasse, queria ver aquilo ali. Ele era advogado mais civilista não se interessava por aquilo e disse: “não vou não”. Mas contei a ele a obrigação que tinha com meu pai, então ele disse: “eu vou”. Nós fomos.

Quando eu pergunto para ele por que foi que eles pararam com aquela pancadinha? Ai ele diz, porque quem deu a pancadinha foi o juiz. Eu defini que seria juiz naquele instante, porque eu me encantava com o discurso da acusação e eu torcia para que a acusação fosse vencedora. Torcia pelo advogado de defesa, porque entendia que ele falava mais bonito, era mais elegante, mas ele não falava do processo. O processo era contrário a ele. E me defini pela magistratura, porque vi que o juiz impõe disciplina para todo aquele pessoal ali. Todos nós queríamos escutar um ou outro e não estava conseguindo. Então, uma pancadinha resolveu. Aquilo me fez definir e o resultado não foi...

Desembargadora Carmelita Brasil

A sua idade à época, desembargador?

Desembargador Romão C. Oliveira

Isso foi em 1963, era em 1948 (data de nascimento), eu tinha quinze anos. Caminhei, dali defini e empreendi todos os meus para ser juiz. O Gate¹³ disse quem tem sonho e empreendem esforços para desenvolver este sonho, o universo conspira a seu favor. E comigo aconteceu essa conspiração do universo ao meu favor e foi muito maior, porque me interessei tanto pela magistratura que eu estabeleci o curso Ginásial em 1968, vou terminar o curso Colegial em 1970, entrar na Universidade em 1971. Aí, veio um problema, pois pensava que 1975 terminaria o Curso, mas como fui para Maçal, tranquei o Curso e só terminei mesmo em 1976. Mas, foi muito providencial que assim ocorresse, porque a junção das duas universidades me deu um tempero muito grande e a vontade de não me apartar do que já sabia, fez-me, durante aquele tempo, a Justiça do Trabalho não era tão rigorosa, deu-me um tempo para ser nomeado Defensor dativo. E eu fiz júri em Maçal; fiz Defesa em Boqueirão na Paraíba. Aí, eu já trabalhando e estudando também. Foi uma caminhada muito boa. Fui colega de alguns deputados e senadores, quando estive em Campina Grande, foi outro lado muito bom. Fui contemporâneo do Senador Garibaldi Alves, em Natal/RN. Ele terminando o curso e eu começando, mas não tenho intimidade robusta com os senadores, tenho mais com o Carlos Dunga, que foi Deputado Federal pela

13 William Henry Gates III nasceu em 28/10/1955, em Seattle/EUA. Ficou conhecido por fundar junto com Paul Allen a Microsoft. É autor de inúmeros livros publicados.

Paraíba, depois foi suplente de Senador. Esses, eu tive maior convivência.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Romão, todos nós sabemos da sua excelente memória, mas estou espantado com os fatos que o desembargador Romão conta de épocas um pouco remotas. Aqui em Brasília, Vossa Excelência começou no Ministério Público, não é verdade?

Desembargador Romão C. Oliveira

Cheguei em Brasília no dia 1º de fevereiro de 1977, com um mês e dias, eu terminei o Curso em 30 de dezembro de 1976 e fiz uma permuta. Não tenho compromisso com favores, mas tenho compromisso com palavras. Então, eu prometi a uma pessoa no Recife que faria uma permuta para resolver um problema de saúde de um funcionário do TST (Tribunal Superior do Trabalho), quando terminasse o curso. Fiz essa promessa pelo mês de setembro, em dezembro concluí o curso, e mandei o papel. E, na hora fiz uma avaliação, porque tinha recebido uma proposta para deixar a Justiça do Trabalho e advogar imediatamente, achava muito interessante, era um caminho novo. Mas eu tenho um compromisso, disse ao advogado. Primeiro vou cumprir esse compromisso. Fiz a permuta. E cheguei aqui e no mesmo dia fui trabalhar no Gabinete do Ministro Russomano¹⁴. A pessoa tinha influência no Gabinete e

14 Ministro Mozart Victor Russomano nasceu em 5/7/1922, faleceu em 17/10/2010. Jurista e professor universitário de Direito do Trabalho e Seguridade Social. Foi ministro e presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

queria o melhor lugar para mim, porque eu havia feito um favor ao Tribunal. Então, fui trabalhar, fiquei dez meses no Gabinete do Ministro Russomano, pessoa a quem presto, todas as vezes em que tenho oportunidade, essa solidariedade àquela forma de pensar. Um homem justo. Não apenas como juiz, mas era capaz de ser justo em qualquer canto. Uma vez ele leu o jornal, vocês me desculpem fazer esse círculo longo, rodeando, e atrapalho o trabalho de vocês, mas vou dar um exemplo de uma justiça que não é a estatal. É aquela vontade de distribuir o justo. Um advogado paraplégico tinha impetrado um Mandado de Segurança, porque certa instituição federal não lhe dera posse. Ele vai perder, essa matéria não comporta Mandado de Segurança. Ele tem que discutir a prova, ver se ele pode ou não pode. Aí, ele fez um telegrama substancioso para o Presidente Geisel¹⁵, concluindo que o advogado trabalha é com a cabeça, não é com os pés. Antes ele tinha exemplificado que um Ministro do STM (Superior Tribunal Militar), onde o Presidente havia julgado, (Presidente) Geisel foi Ministro do STM, todos sabemos, Vossa Excelência que o fulano de tal (Jorge..., não me lembro o nome de um Ministro que era paraplégico), dizem que foi um dos primeiros tribunais a ter rampa aqui (em Brasília) foi o STM, por conta desse magistrado. Vossa Excelência sabe muito bem que se trabalha com a cabeça não é com os pés. Isso, por certo, vai depor contra a nação brasileira.

Uma semana depois, o mesmo jornal trazia a notícia de que o advogado havia desistido, porque havia sido nomeado. Certamente, foi o próprio Geisel que resolveu o problema, que aconselhou que aquilo ali fosse atendido. Então, presto essas homenagens, quando tenho oportuni-

de, ao Ministro Russomano, considero-o uma pessoa muito sábia. Infelizmente, foi passear no seu cavalo branco bem encilhado muito cedo. Ele é do dia 5 de julho de 1922, podia está aqui entre nós, por muito tempo. Então, trabalhei ali dez meses, e não fui para o Ministério Público. Fui primeiro para o Supremo. Fiz concurso para Defensor Público um pouco mais tarde. Primeiro fiz concurso para o STM, fiz concurso para as auditorias e seria nomeado para Auditoria de Fortaleza. Fiz concurso para o Supremo e fiz concurso para Oficial de Justiça da Justiça Federal. Então, tinha três concursos, desde 1977 esperando a nomeação. O Supremo (Tribunal Federal) era o único que tinha verba e nomeou-me em 1977, tomei posse em novembro de 1977. E, no dia onze de janeiro de 1980, tomei posse aqui, em concurso que se iniciou em 20 de outubro de 1978. Fiquei pouco tempo. Não sei se passaria no estágio probatório, porque eu saí do Ministério Público do Distrito Federal em 2 de outubro de 1981, quando vim para a magistratura local e aqui ainda estou. Mas por quê? Repita-se, não existe o passado, o futuro e o presente mesmo. Tudo isso é muito perto. Contando esta história aqui estou vendo a casa do Padre João Manoel nº 373, onde havia um grupo de estudantes. Dali, saíram dois desembargadores. Eu, que estou aqui. E o desembargador Vivaldo Otávio (Pinheiro), que está no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. Então, nós tivemos uma casa criada pela Prefeitura de São José de Campestre/RN, para abrigar estudantes do interior que não tinham como pagar aluguel. E era o meu caso. O caso do Vivaldo. Vivaldo um pouquinho melhor do que eu. Ele conseguia fazer um curso de Inglês. Eu sempre procuro me intrometer na vida dos outros. E ele disse neste semestre não vou mais estudar inglês. Eu disse: não faça isso não! Está

15 General de Exército Ernesto Beckmann Geisel, 29º Presidente da República, entre 15/3/1974 – 15/3/1979, ele nasceu em 3/8/1907 e faleceu em 12/9/1996.

tão perto de terminar o curso. E ele não dizia o motivo. Ele viu que eu não deixava de dar aquele conselho. Ele dizia: você está certo. O seu conselho está correto. Eu vou deixar de fazer o curso de inglês, porque a minha irmã tem que fazer vestibular. E ela precisa fazer pelo menos um semestre de inglês, meu pai não pode pagar de dois alunos. Então, perdoe-me não tenho como seguir o seu conselho. Vou ceder o meu lugar para ela. E eles terminaram os dois no mesmo dia, em Natal/RN. Ele, Direito; e ela, História. Passaram no mesmo dia. Foi maravilhoso.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

E aqui, no Ministério Público, chegou a fazer algum júri?

Desembargador Romão C. Oliveira

Não, aqui, no Ministério Público, fui designado por Dimas Ribeiro da Fonseca,¹⁶ para trabalhar em Sobradinho. Apesar de que eu estava entre os de classificação, mas o Dimas chamou-nos ao Gabinete e disse “olha, estou precisando de colaboração.” Entre eles estava a promotora que iria para Sobradinho, que era Lenir Azevedo, Geraldo Nunes, e eu. Escolheu a dedo e botou lá no Gabinete. “Eu vou designar vocês lá para Sobradinho, porque o Dr. Geraldo Nunes era um dos mais antigos. E Lenir também era uma das mais antigas promotoras de justiça. Vou man-

dar para lá, porque se vocês forem para instalar aquilo ali, vão sem fazer barulho. Eu conheço um por um. E, os outros vão ficar aqui discutindo.” Não era nem tanto comigo, ele entendeu que eu não iria discutir, mas os dois eram antigos. Se mandar os antigos, os outros vão seguir mais tarde, sem questionar. Então, foi uma tática que ele teve para conseguir instalar, sem haver discrepância interna, na Instituição. Eu fui para Sobradinho,¹⁷ depois fui para Planaltina¹⁸, onde fui já exercendo a Promotoria, embora tenha deixado o Ministério Público, no cargo de Defensor Público. Não tinha nem passado no estágio probatório, saí daqui havia um ano, nove meses e dias. Então, fiquei bastante tempo exercendo a Promotoria. Lembro-me no dia que fiz prova oral aqui. Até que o desembargador Antônio Honório P. de Oliveira Júnior que estava presidindo, o desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro examinando Direito Administrativo e Direito Penal, desembargador Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira, esses dois últimos depois foram guindados a Ministros, examinavam processual Civil. Terminei uma hora da tarde e fui fazer audiência que tinha combinado com o Otávio, quando terminar a prova, eu vou. Normalmente penal, em primeiro lugar. Faça a pauta diferente, faça as suas audiências de Cível que eu não entro e, quando eu chegar mais tarde, a gente faz a matéria de penal. Dito e feito. Terminei aqui e saí, conseguimos fazer tudo a contento, fizemos a prova.

16 Procurador aposentado do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios – MPDFT, Dimas Ribeiro da Fonseca. Foi Procurador-Geral entre 1980 e 1982.

17 Região Administrativa do Distrito Federal.

18 Região Administrativa do Distrito Federal

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Vamos conversar um pouco sobre o concurso. Estou vendo que ele se lembra de muitos fatos. E a gente que está nessa batalha do concurso. O concurso é um tipo de acontecimento muito importante, porque ele mexe com o prestígio da Instituição.

E a gente tem que fazer tudo com muito cuidado, muita cautela, para que não dê nada errado. E isso tem acontecido, a desembargadora Carmelita Brasil é extremamente cuidadosa. E temos conseguido alguns resultados. Resultados de bons candidatos, de níveis muito bons de conhecimento de doutrina, de jurisprudência, mas, com certeza, se algum dia puderem tomar conhecimento dessa sua entrevista, vão ver que precisa de experiência. Experiência, o jovem não tem. E se tivesse também seria uma covardia contra a gente.

Desembargador Romão C. Oliveira

Mas o concurso, não há jeito. Os candidatos experientes não conseguem dominar o concurso. Os candidatos que têm menor experiência, estes, sim, estão em melhor vantagem. Então, nós temos que ter é paciência. A experiência rima com paciência, mas nós precisamos ter é paciência para que essas pessoas amadureçam aqui mesmo. Esse meu concurso, que nós fizemos a sete anos, havia um tão jovem, mas tão jovem que o candidato a sogro dele não permitiu que ele viesse dirigindo o carro do Paraná até aqui. E disse “Não de jeito nenhum. O carro, eu vou deixar. Você não tem idade de dirigir carro para lá não.” Ele tinha vinte e seis anos e nunca tinha saído do Paraná, quer dizer a experiência dele era pequena para o tempo. Quer dizer, a pessoa com vinte e seis anos. É muito pequena a experiência. Mas o concurso, na verdade, ele tem as fases de conhecimento. E há aquela fase de medir o amadurecimento. Nessa fase, o exa-

minador tem que ser benigno com o candidato que não consegue dar a resposta que ele quer, mas ele tem que ser benigno, porque, às vezes, é o candidato com uma montanha de conhecimento que ele tem, e nós temos que nos colocar do outro lado do balcão. O candidato recebe para em vinte quatro horas rever matérias de Direito Civil, Direito Penal, Processo Penal, Processo Civil, Administrativo, Constitucional. E nós ficamos com uma ou duas dessas disciplinas, e sabemos o quanto nos dá trabalho para gente fazer a pergunta – a pergunta bem feita. E sabemos que uma pergunta desencadeia um pé-de-galinha. Por todo lado, por onde ele sair, tenho que ter outra pergunta. Isso aqui dá muito trabalho para nós. E ele, do lado de lá, diz “se ele perguntar isso, e eu responder assim, ele vem com tal e tal pergunta”.

É um jogo de xadrez para ele também. Só que para ele é de cinco, seis, sete disciplinas.

Desembargadora Carmelita Brasil

Hoje são dez (disciplinas).

Desembargador Romão C. Oliveira

Já pensou isso aí.

Então, nós temos que ter tolerância. E aí, sim, medir, exatamente, se ele tem temperamento para ser juiz. Isso é que é bom. Vamos supor que o psicólogo tenha dito: “Oh, essa pessoa só pode ser daqui uns dois ou três anos...” Você tem que ficar com o pé atrás e dizer se vai seguir o psicólogo ou se vai seguir o candidato. O ministro Luiz Vicente Cernicchiaro tinha essa habilidade, penso eu, ele nunca me confessou isso não. Penso que a habilidade que ele queria era exatamente essa. Ele procurava uma

pergunta para ver se o candidato se mantinha sereno. Ele me fez uma pergunta, que era: quais são os elementos de um contrato administrativo, em tempo de guerra? E eu banquei o sabido, fui distribuir os elementos do contrato administrativo. E ele disse “estou perguntando em tempo de guerra.” E eu continuei, porque eu não sabia a resposta, continuei enrolando. Aí, ele pensou que ele me testou. “Esse candidato está fazendo, primeiro contrato administrativo em tempo de guerra”. Agora a notícia para os candidatos, quem vai ser examinado tem que saber quem é o seu examinador e como ele se comporta. E isso eu tinha feito, já sabia que ele e outros teriam aquela medida, por exemplo, o ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira, naquele tempo, era seguidor número um de Frederico Marques,¹⁹ em Processo Civil, eu sabia, tenho os livros de Frederico Marques marcado de amarelo. Então, quando ele fazia as perguntas, eu começava a responder, ele falava: já sei que você. Vou fazer outra pergunta. Eu sabia que era aquele jogo de ping-pong bem rápido. Eu tinha me preparado para ser examinado, porque não basta você se preparar para saber a matéria, tem que saber fazer a prova. Sempre tive sorte, em todos os concursos que fiz, porque eu estudava mais ou menos a matéria, mas estudava muito mais como fazer a prova.

¹⁹ Frederico Marques, magistrado e acadêmico, nasceu em 14/2/1912 e faleceu em 28/1/1993.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Pois é, esse depoimento acho extremamente válido, porque nós temos aqui mais de cem vagas ainda. Essas vagas nunca serão supridas, porque uma parte dos candidatos não tem esse cuidado. Eles acabam naufragando por falta de estratégia.

Desembargador Romão C. Oliveira

Penso eu, que sempre que o Tribunal existiu, e existe. Esse número sempre foi constante. Há mais lugares vagos do que candidatos aprovados. A gente não concorre com ninguém, a gente concorre consigo mesmo. No meu concurso só passaram nove. No seguinte, só passaram quatro. No concurso dos desembargadores Edson Alfredo Martins Smaniotto, Adelith Lopes Coelho Lopes, Espedito Ângelo Rafael, Valter Ferreira Xavier Filho. Passaram quatro. Daqui a pouco passou um pouquinho mais, por conta do repicão.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O meu que foi mais remoto, passaram nove.

Desembargador Romão C. Oliveira

Houve outro que só passaram dois.

Desembargador Romão C. Oliveira

Por que não tinha atração? Não, naquele tempo, era bem atrativo. O Ministério Público tinha remuneração menor. O tal do Decreto 2.019/1983, que tinha o apelido de repicão. Ele fez com que viesse um número melhor, que o Ministério Público se increveu em massa para cá. Aí, veio João Garcia...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Sim.

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi do nosso concurso.

Desembargador Romão C. Oliveira

É o seu concurso?

Desembargadora Carmelita Brasil

Neusa Claude Christofoli, Elser Vieira Rocha...

Desembargador Romão C. Oliveira

Um número muito bom. Há essas coisas. Mas queria ainda registrar essa minha passagem das grutas, porque eu dizia que aprendi as primeiras letras com a minha mãe. Minha mãe me ensinava a escrever com textos pré-constituídos por outrem. Por exemplo, ela escrevia assim: “a preguiça é a chave da pobreza.” Ela tinha encontrado aquilo ali nos almanaques e mandava repetir várias vezes. Agora, ela só fazia isso com frases que tivesse sentido ético. Ela botava pra escrever, por exemplo, aquele pensamento do piano. Ela não sabia quem foi o piano. Ela mandava repetir a escrita que viver honestamente, não lesar ninguém. Aquilo ali, ela mandava copiar diversas vezes a mesma coisa. Havia dois ensinamentos. Mas ali havia também uma pessoa que nunca se identificou pelo nome algum, que a gente chamava de andarilho. Outros chamavam de maluco. Papai nunca permitiu que isso acontecesse, porque dizia que os ensinamentos dele eram bons. Ele dava conselhos a respeito de manter uma... Esse andarilho deu um conselho... eu tenho um irmão que morreu de mordida de cobra. Aí, minha mãe fez guerra às cobras. Mandou perguntar a um caçador de serpentes por que cobras estavam chegando ali no pátio. E o caçador disse

que era a mata que estava ali. E que estava infestado de ratos, cobras e raposas. E tirando aquilo ali, isso aqui iria ficar um sossego. Quando ele estava terminando de fazer o discurso, o andarilho disse que faltaria água, pois vocês têm dois poços a oitocentos e a quatrocentos metros, se tirarem essa matinha dali, vai faltar água num minuto. Tira pra ver?

E aí, papai, que não queria que faltasse água, era um lugar chamado de Baixinho da Ondurana Grande, havia uma depressão. Toda a água da chuva ficava ali e ia se distribuindo. Ninguém nunca cortava, mamãe teve a idéia de cortar, porque queria matar tudo que fosse serpente, porque o filho havia morrido por serpente. Ele chamava-se Amadeu, tinha três anos e meio, quando morreu. E eu tinha sete, ele era mais novo três anos e meio.

Então, esse andarilho dava esses conselhos, papai dizia “os conselhos dele são bons. Tudo que ele está mandando fazer até agora é correto. Temos que atinar.” Ele detestava que alguém estivesse tirando, cortando uma árvore verde para secar e fazer lenha para o futuro. Ele dizia que era para aproveitar as que estão secas, as que estão verdes não cortem. Então, ele dava esses bons conselhos e era norteador nosso.

Então, eu digo, ao sair dali e voltar no tempo, hoje, vejo que aquela baixada da Ondurana Grande, por conta de um conselho dado há sessenta e um anos, ninguém mexeu mais. A única pessoa que teve vontade de se ver livre daquela matinha, foi minha mãe, por conta do filho que tinha morrido, por mordida de cobra. Graças a um conselho de uma pessoa que diz uma palavra boa, em

determinado momento, e ela se propaga no tempo para sempre, fica produzindo bons frutos.

Então, essa é a passagem das grutas. Eu cheguei a Santa Cruz/RN e trabalhei como auxiliar de marceneiro. Naquele tempo se fazia um produto para deixar os móveis lustrosos – era álcool e goma arábica, quebrava aquelas plaquinhas, botava no vidro, fazia um boneco de algodão e passava no móvel, para ele ficar brilhoso, ficar bonito. Então, aquilo foi o meu primeiro trabalho.

Depois, um dia eu fui comprar material, e o comerciante olhou para as minhas mãos e disse: você não vai para a escola hoje não? Vou, sim, senhor. Só às 19 horas. Isso aí não vai largar das suas mãos. Eu vou desse jeito mesmo, eu sei que não vai largar mesmo não. Amanhã, vou falar com o mestre Bio, você vai trabalhar com a sua irmã. Um estudante não pode ficar com as mãos sujas de verniz, de cola, de material de marcenaria. São lembranças que tenho.

O mundo vai passando assim. Eu estudava à noite, no Instituto, na Rio Branco, vizinha ao Banco do Brasil, sou da primeira turma daquele colégio, fiz o curso colegial, na turma destinada à medicina. Sou aluno de escola pública, exceto o 1º período, a última metade do curso superior, que aí, sim, porque me mudei, mas entrei na escola pública em Santa Cruz, fiz na escola pública, em Natal. Naquele tempo, havia duas modalidades, o curso clássico e o científico. Aí, fiquei no meio termo, o científico para medicina não tinha muitas exigências

das exatas. Exatas são disciplinas boas de serem estudadas, mas elas reclamam mais tempo. Como não tinha muito tempo, fiquei na disciplina e passava os olhos no capítulo que podia. Naquele tempo, a biologia era outra. Hoje, eu tiraria zero. Mudou completamente.

Então, tirava as minhas notas para fazer o curso colegial e ficava o tempo para até ter o estudo próprio para Direito. Eu ia fazer Direito. Quando estava no segundo ano do curso colegial, fiz a prova objetiva e vi que havia passado. Porque todo final de dia, numa biblioteca daquele tempo, da Fundação José Augusto, ia para lá e lia a literatura possível, a história. Havia um tempo que abandonava o curso colegial para ir ao curso médio próprio para passar no vestibular de medicina e ia estudar aquilo que não estava estudando porque não estava sendo ministrado, porque não era próprio, aquilo seria do clássico. Precisava de um preparo razoável. E havia dois motivos: eu queria ter uma boa nota no vestibular para ter direito a lecionar em pré-vestibular. Geralmente, era um requisito. “Qual foi a sua colocação?” E eu fui o quarto lugar.

Quando eu entrei na universidade, deixei outras atividades, porque fui convidado. Não cheguei a perguntar. Foram logo me procurar e dizendo: “Você serve para nós. Quem passou nesse vestibular em quarto lugar, dá para obra do nosso curso.” Eles tinham que vender a imagem da pessoa. Era a primeira condição para o aluno aceitar. Era vender a imagem. Houve ponto que a gente, às vezes, não sabe. O bom professor não é o que melhor ministra a aula. Não é. O bom professor para o aluno é aquele que obriga o aluno querer estudar. Então, chegava lá e fazia algumas brincadeiras com eles e eles iam estudar por mim. Eu não ia despejar conhecimento

na cabeça deles. Eu saí de lá sabendo mais do que cheguei. Eu provocava estudantes. Não me dava resposta. No outro dia, chegava lá e estava todo mundo preparado. Era uma metodologia que eu usava para aquilo ter um estudo muito rápido.

Fiquei lá por um tempo e em Campina Grande/PB não lecionei mais. O trabalho me dava o suficiente para, inclusive, pagar aquela parte... Naquele tempo, como disse, fiz o curso ginásial e o curso colegial em escola pública. E fiz a metade do curso superior na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, também escola pública. Sou um devedor do estado. O estado não ganhou muita coisa porque tem um bacharel em Direito. Ganhei porque o estado me deu os meios.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Romão C. Oliveira, agora Vossa Excelência está fazendo uma provocação. Vossa Excelência começou a falar lembrando Albert Einstein e falou sobre a noção dele de tempo e, realmente, ele entendia que o tempo e o espaço são fenômenos relativos. Então, o tempo não passa da mesma maneira para todo mundo. Ele passa de forma diferente. E eu acho que ele tem sido muito generoso com Vossa Excelência. Vossa Excelência ainda pode nos brindar com muita qualidade, não só na área jurisdicional, como na área de gestão. Então, eu penso que aquela notícia de que está preparando uma nota. Aquilo pode ser postergado. E só nós ganharemos, viu desembargador.

Desembargador Romão C. Oliveira

Penso que o mundo é assim mesmo. Nós temos a chamada utilidade. A gente não pode deixar de ser útil em circunstância nenhuma. Nós não temos uma só utilidade. A gente pode ter aquela utilidade em de-

terminado tempo. Penso que eu fui muito útil quando deixei que vendesse a imagem de que eu era um bom aluno e que podia ensinar muito. E fiz o contrário. Ensinava quase nada e cobrava que eles me ensinassem. Porque ensinando ele estava aprendendo muito.

Deixei aquela fase e fui útil como servidor do Poder Judiciário. Passei em todas as secretarias. Fui da Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento de Macau/RN, lá de Campina Grande/PB. Estive no Recife/PE, por muito pouco tempo, mas estive. Estive no Tribunal Superior do Trabalho – TST e estive no Supremo Tribunal Federal – STF. O meu tempo que antecede à magistratura, logo, completei trinta e cinco anos de magistrado no dia dois de outubro deste ano. E quarenta e três anos de serviço público federal no dia cinco de julho também deste ano.

Então, tive a primeira utilidade que era ganhar o pão vendendo a ideia de que era um bom aluno e que podia ensinar, ou melhor, deixando que o dono do curso me vendesse essa ideia e passasse essa ideia para os alunos e os alunos aprendendo por outro método. Eu disse: “Nenhum me deve nada.” Não coloquei o funil na cabeça e despejei o conhecimento. Eles foram atrás do conhecimento ilustrar os meus.

Penso que, quando deixar a magistratura, depois de trinta e cinco anos de magistrado e por ter passado, inclusive, um ano e nove meses no Ministério Público, vou continuar tendo algumas utilidades e vou fazer questão de ser útil até quando o cavalo branco encilhado não chegar para que eu siga outro caminho.

Mas, digo desta utilidade. Vou ler um texto que tenho aqui em mãos²⁰:

“O arauto da fé
Caminhe por onde quiser,
Levando a verdade,
A caridade e o perdão.
Mas não despreze o cantador,
O vendedor de ilusão,
Que precisa apenas aprender
Encantar a multidão.
E, com um cântico novo,
Ou outro exemplo,
Indicar o caminho do templo.
O agricultor que amaina a terra
Agradeça por encontrar a minhoca,
Pois o humo que esse verme asqueroso
E nojento produz,
Associado à água e à luz,

20 O Mensageiro, texto de autoria do próprio desembargador Romão C. Oliveira.

Faz parte da doce fruta
Que é a saúde e o melhor alimento
Daquele que pensa.
Conviva em paz com a formiga
Que corta algumas folhagens, mas irriga
E revolve a terra bruta,
Sem usar nenhuma engrenagem.
Cuide bem da abelha, mesmo a que ferroa,
Quando luta defendendo a colmeia,
Pois esse inseto que voa
E pousa de flor em flor,
Sem prévio contrato,
Sem sindicato,
Sem assembleia,
É o natural polinizador
Que garante a fartura nos palácios
E na gruta.
O causídico pleiteie com sagacidade e denodo
O direito do banqueiro ou do bancário
E esteja atento,
Porque não poderá olvidar

Do direito da viúva,
Do órfão, do singelo operário,
Quer seja lenhador, lixeiro,
Ourives ou coveiro,
Ou patético pintor.
Tanto o braçal trabalho
Quanto a inteligência do empresário
Merecem a mesma atenção
Daquêle que tem por ofício ou missão
Expor com clareza nos tribunais
Os direitos iguais
Dos que sentem a angústia da espoliação.
E defenda com o mesmo ardor
O inocente caluniado
Ou confesso estuprador,
Assassino ou ladrão.
O espírito de cada um deles
Tem seu individual valor
Na escala universal
Da suprema criação.
Portanto seu mister consiste
Em abrir veredas
E construir pontes abstratas
Para a passagem da virtude

Denominada Justiça,
Ainda que a lei seja injusta
E seu aplicador não costume
Exceler como homem virtuoso.
O dadivoso que procura
O caminho distribuindo migalhas
Ensine o pedinte a cultivar uma horta,
Plantar o trigo e fazer seu próprio pão.
Antes aprenda a consumir o fruto
Que não reclama sal, gás ou carvão.
E deixe sempre aberta a porta
Para que entre o clarão solar,
Desde a hora primeira,
Sem vitrinas,
Sem esquinas
E sem muralhas.
Não estorve suas dádivas
Com o preço de futura recompensa.
Basta a brisa que farfalha
E a barulhenta gralha
Na folha da palmeira.
O engenheiro construa com segurança

A estrada que veicula o progresso,
A fartura, a bonança.
E, sem excesso,
Com rigoroso zelo,
Sem tope, sem jactância,
Edifique, sem apelo,
O abrigo que a velhice agasalha,
E o parque para criança
Que quer vida sem sandice,
Sem bandalha.
O facultativo – médico, dentista,
Psicólogo ou analista -
Cuide de desintoxicar
Seu paciente que padece
Dores físicas, mentais
Ou espirituais.
Antes de lhe ensinar o caminho
De farmácias e hospitais,
Dê-lhe o roteiro da horta e do pomar.

E o gendarme destemido e valente,
Em seu ginete alazão,
De barco ou de avião,
Vá aos Cantões Suíços
E traga de volta os milhões
Do sumiço
E, se possível, algemado o ladrão.
Em fim, cada um faça o que lhe compete.
O religioso faça oração;
A mestra eduque o pivete;
O jornalista não deixe
A notícia cair na vala
Do esquecimento,
Nem troque o idioma pelo jargão.
Ninguém procure a “bondade”
Porque não vai encontrá-la.
Essa senhora imaginária
Que usa vestido muito decente
É a inimiga figadal
De uma dama muito imoral
Que leva o apelido de “maldade”.

Mas não passa de imaginação

De alguma cachola demente.
Cada um tem lá a sua utilidade.
E é dever nosso descobrir
Como melhor servir
Na marcha inacabada do Universo.
O seu dever é empreender esforços
Para realizar da melhor forma
A sua tarefa e nutrir
A sua utilidade.
Seja útil como a abelha
Que fornece mel e cera
E ainda procede à polinização
Das flores. Mas se não tem asas,
Mesmo assim seja útil
Como o é certo verme anelídeo
Que cava galeria no solo,
Favorecendo a aeração
E a fertilidade.
Se, necessário, seja um verme útil.
É com a sua utilidade
Que o Universo se movimenta.
A “bondade” ou a “maldade”,
Porque imaginárias

Não somam, não aceleram,
Nem afastam a inércia.
É pela utilidade
Que todas as criaturas são abençoadas
Pelo Criador.
Mas não queira que a cotovia
Ocupe o lugar do corvo.
A calhandra desempenha seu papel
Conforme sua natureza;
Também não queira que o urubu
Seja substituído pela graúna,
Ave de inestimável nobreza,
Só porque ambos possuem penas negras.
No Universo, cada um deve exercer
Sua missão sem invejar
Nem menosprezar
A de outrem.”

Penso que estou caminhando para esse caminho.
Não saí do campo da utilidade. Quando chegar o meu
tempo (e eu fiz as contas, não pode ser tão breve), queria
que fosse em outubro, mas como eu tenho um propósito de
contribuir para o discurso das associações, e isso importa
em não transformar em dinheiro as minhas férias, pretendo
gozá-las no momento possível. Agora mesmo

a Desembargadora deferiu dois períodos, mas eu ainda tenho muitos períodos (risos).

E depois, deixando o Tribunal, tenho uma grande utilidade, que poderei repassar. E vou dizer aqui que deste capítulo daqui para frente, enquanto eu estiver em atividade, espero que não seja veiculado porque pode criar atrito.

Mas eu penso o seguinte: o modelo da magistratura de 1º. Grau está correto. Faz concurso, tem-se o ingresso de juiz para o 1º. Grau por concurso e ponto final, não há a participação de órgãos estranhos. No 2º Grau, hoje temos um quinto reservado à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público – MP. O Tribunal tem 100 lugares, tem que deixar 10 para o MP, 10 para a Ordem (OAB). Isso, a meu ver, não é bom por conta do que está acontecendo. Nós verificamos que existem muitos negócios para se chegar em postos até mais elevados do que o de simples desembargador. E ninguém está respeitando essa ética mínima. Então, temo que no futuro isso venha a contaminar os tribunais com alguém que tenha feita uma negociata para chegar aqui. Agora mesmo nós temos uma notícia muito desagradável de que certa autoridade teria negociado sua nomeação em troca de um julgamento, no próprio julgamento. Isso é muito gravoso para todos nós. Se isso tiver qualquer laivo de verdade é muito ruim. É muito ruim que tenha acontecido. Então, é tempo de se fazer uma purificação. E eu penso que os tribunais também não devem manter uma queda de braços e impedir a vinda dos juízes

do 1º. Grau. Nós temos que fazer uma caminhada de forma que um desembargador ficasse 15 anos no Tribunal e retornasse ao 1º. Grau. É uma utopia imaginar isso. Quem é que vai escrever isso na Constituição? É utópico, mas é o ideal, e toda utopia é sempre um ideal. Passa 15 anos e volta ao 1º. Grau com todas as prerrogativas, inclusive a de ser presidente do tribunal quando for eleito. E nós temos, por exemplo, o nosso Tribunal tem oito ou dez cargos de juiz de direito substituto de 2º. Grau. Então o desembargador que cumpriu o seu mandato, que foi juiz de direito, não tem mais quintos, todas essas pessoas seriam da própria magistratura, se foram eleitos, ficaram aqui, tiraram seu tempo como desembargador, passam, retornam ao 1º. Grau, e os dez primeiros iriam ocupar a cadeira do próprio Tribunal, que é o chamado de juiz de direito substituto de 2º. Grau. Mas o outro teria o direito de experimentar o fruto do jardim do éden e depois verá que não é tão saboroso quanto pensam. De certo modo é travoso, mas cada um tem a tentação. Se você chegar e disser que do outro lado você vai morrer, você só permita quando passar por aquela divisa. E isso, 15 anos. E eu diria também o direito de aposentar porque se eu tivesse tempo de escrever isso, eu faria dizendo que o indivíduo só pode concorrer a desembargador com 20 anos de magistratura. Com mais 15 de eleição, ele teria 35 só de magistratura. E ele poderia ter mais, porque 20 anos não seria de magistratura, seria de cargo privativo de bacharel em Direito. Então ele teria tempo suficiente para, se quiser, aposentar ou voltar para o 1º. Grau.

Nos tribunais superiores, também entendo que tem que ser por eleição e não pode talvez só por 12 anos.

O ministro do Supremo, depois de 12 anos, começa até triplicar

a jurisprudência. O STJ é a mesma coisa. Em doze anos faz outra eleição e tem a clientela. Aí eu penso, sobretudo para o Supremo, que é um tribunal jurídico-político e, no bom sentido, ele tem de ser jurídico-político para poder decidir as grandes questões da nação. Ele teria de ter 50% foram da magistratura e 50% dessa magistratura que estou a imaginar. Então, nós teríamos somente 12 anos. Depois de 12 anos outras pessoas chegariam e eles teriam de ter uns 25 anos de atividade jurídica intensa para poder ser candidatos e chegariam, portanto, a um mínimo comum. Eu posso me aposentar, e esse não tem o direito de ir para lugar nenhum porque não deixou cadeira em lugar nenhum. Nem ele e nem o do STJ. Esse é o modelo que no meu modo de pensar, nas minhas utopias fico sonhando. Mas a utopia é o ideal, e o ideal é só o sonho mesmo. Mas se o sonho for sonhado por muitos pode se transformar em realidade.

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Romão C. de Oliveira, foi um prazer muito grande. É sempre um prazer muito grande ouvi-lo. Quero registrar o agradecimento da 1ª Vice e o meu pessoal pela sua presença. Sabemos que a sua palavra é sempre plena de sabedoria, não só de conhecimento e por isso o Programa Memória Oral, como também já destacou o desembargador Hermenegildo Gonçalves, ficará muito enriquecido com esse depoimento de Vossa Excelência. Muito obrigada!

Desembargador Romão C. Oliveira

Muito obrigado. Estou lisonjeado. Vejo que há muita indulgência nas palavras de Vossa Excelência.

◀fim▶

DATA DA ENTREVISTA

30/3/2016

LOCAL

Memorial TJDF – Espaço Desembargadora Lila Pimenta
Duarte, Brasília-DF

ENTREVISTADO

Desembargador Romão Cícero de Oliveira

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil
Desembargador Hermenegildo Gonçalves

TRANSCRIÇÃO

Subsecretaria de Apontamentos – SUAPO

REVISÃO

Virgínia Reis da Costa – NUAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
HISTÓRIA ORAL

DESEMBARGADOR
ROMÃO CÍCERO DE OLIVEIRA

NUAMI

Núcleo de Apoio à Preservação
da Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

PVP

Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT